

Ibsen descarta lentidão para votar projetos

O presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), revidou ontem as críticas do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, ao ritmo lento das votações. Ibsen afirmou que quem emperra o bom andamento são os parlamentares do bloco governista e o próprio Governo. "O Governo não tem dado parecer claro sequer às matérias de seu interesse", desabafou o presidente.

Segundo Ibsen, a Câmara conseguirá cumprir seu calendário e votar os projetos apontados como prioritários pelo Presidente no final de abril, se o Governo também colaborar. De acordo com o presidente da Casa, há quatro projetos de interesse do Governo e mais cinco que fazem parte do **Emendão** patinando na Casa por desacertos da política governamental. A situação dos projetos do Executivo é a seguinte:

■ **Portos** — Após tramitar pelas comissões de Mérito, Transporte, Economia, Trabalho, Relações Exteriores e Agricultura e mais a de Justiça e Redação, o relator da Comissão Especial, onde se encontra o projeto, o deputado José Reinaldo (PFL-MA), apresentou um parecer que desagradou a empregados, estivadores, empresários e ao próprio Governo.

■ **Advocacia Geral da União** — A matéria foi apresentada no governo Sarney. O governo Collor retirou a emenda e apresentou outro projeto em regime de urgência. Ainda em tramitação, o Governo retirou a urgência e há 18 dias entrou com emenda substitutiva.

■ **Participação da Iniciativa Privada na Concessão de Serviços Públicos** — Embora seja matéria de interesse do Executivo, o Governo não apresentou proposta. O projeto em tramitação é do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP).

Com relação ao **Emendão**, Ibsen Pinheiro acrescentou haver o mesmo tipo de obstrução dos governistas. Benito Gama (PFL-BA) não deu ainda o parecer sobre o ajuste fiscal; Ney Lopes pediu a prorrogação da desregulamentação da economia; a Comissão Especial para avaliar a advocatória do Supremo Tribunal Federal sequer foi formada; a comercialização de hemoderivados está na mesma situação da advocatória; e o próprio Governo retirou, em 9 de maio último, a emenda relacionada à administração pública.